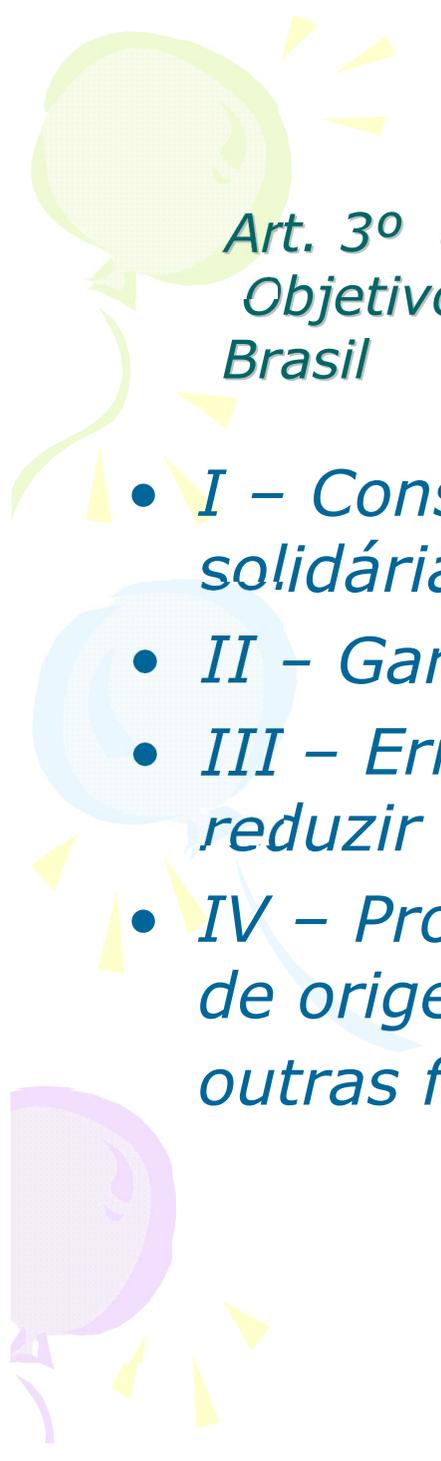




A centralidade SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil

**Maria Helena Cariaga
Palmas/2011**



Art. 3º da Constituição de 1988

Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;*
- II – Garantir o desenvolvimento nacional;*
- III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*
- IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*



A formação social econômica e política

- Herança colonialista é responsável por profundas marcas na formação econômica, social e política.
- A escravidão e o patriarcalismo foram constituintes do processo de formação da sociedade brasileira e suas determinações são perceptíveis ainda hoje.
- A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como, os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento





A pobreza..

- Falar dos pobres é falar daqueles que são socialmente considerados como pobres é penetrar num universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela descrença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver...
- Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza. (cf. Yazbek, 2007)

- 
- As situações de desigualdade, de pobreza estrutural, de vulnerabilidade, exclusão social e subalternidade com múltiplas faces, com as quais convivemos cotidianamente tais como:
 - o desemprego, a falta de trabalho, a violência doméstica da qual são vítimas mulheres, crianças, adolescentes, idosos; a droga, a AIDS, a discriminação por questões de gênero e etnia, a moradia na rua ou em habitações precárias e insalubres.
 - As crianças e adolescentes sem proteção, os doentes mentais, as dificuldades dos portadores de deficiência, o envelhecimento sem recursos, a fome e a alimentação insuficiente e outras tantas questões e temáticas relativas a uma forma de pertencimento social

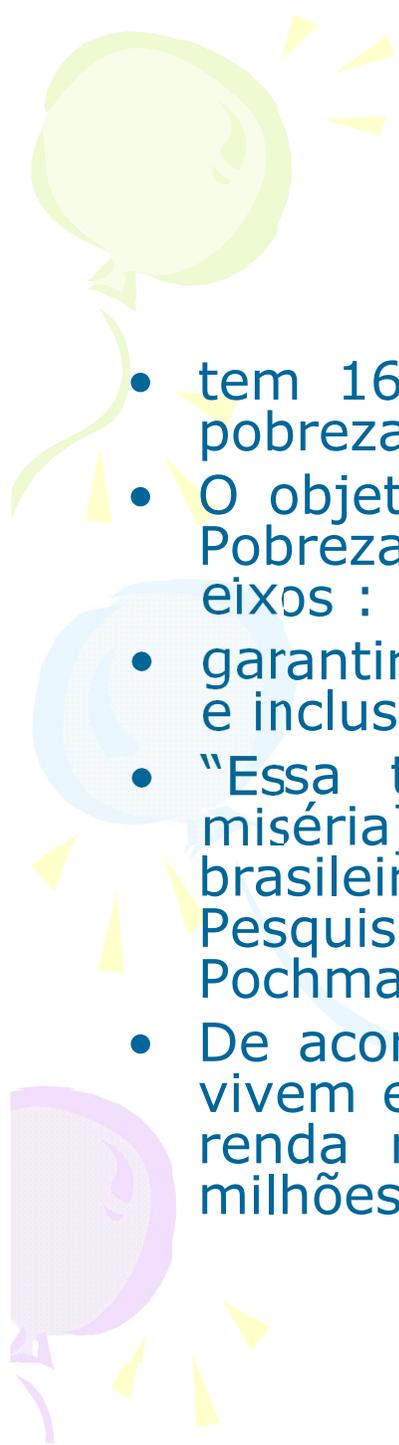


Segundo do MDS, a região Nordeste concentra a maior parte dos extremamente pobres - 9,61 milhões de pessoas ou 59,1%.

- Destes, a maior parcela (56,4%) vive no campo, enquanto 43,6% estão em áreas urbanas.
- A região Sudeste tem 2,72 milhões de brasileiros em situação de miséria, seguido pelo Norte, com 2,65 milhões, pelo Sul (715,96 mil), e o Centro Oeste (557,44 mil).

Para o IBGE, o Censo demográfico de 2010 aponta as pessoas que se incluem na linha de miséria

- Os brasileiros que vivem em condição de extrema pobreza, são as pessoas sem rendimento com os seguintes critérios:
- residência sem banheiro ou com uso exclusivo; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica;
- em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água;
- em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica;
- com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.



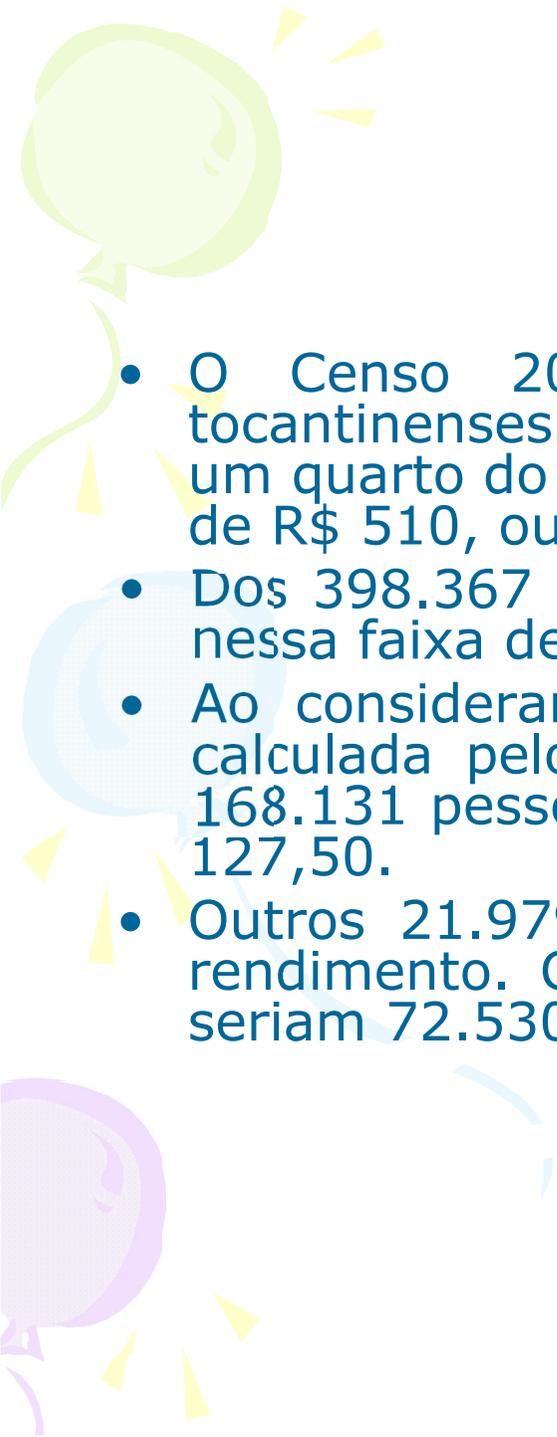
Para o MDS, o Brasil ..

- tem 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, o que representa 8,5% da população.
- O objetivo do Plano Nacional para Superação da Extrema Pobreza , chamado de “Brasil sem Miséria” tem quatro eixos :
 - garantir transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva para resgatar brasileiros da miséria.
 - “Essa taxa [de 8,5% dos brasileiros em situação de miséria] A taxa de extrema pobreza atinge quase um brasileiro a cada dez”, afirmou o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann(www.mds.gov.br)
 - De acordo com o IBGE, do contingente de brasileiros que vivem em condições de extrema pobreza, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual a zero, e 11,43 milhões possuem renda de R\$ 1 a R\$ 70.

- A Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza é responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil sem Miséria. Essa Secretaria articula e mobiliza os esforços do governo federal, estados e municípios para atingir a superação da extrema pobreza.
- Seu principal foco de atuação são os 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais, visando sua inserção na cidadania.

A miséria tem rostos e necessidades diferentes conforme a região. A realidade no campo é uma, na cidade é outra.

- Por isso, o Brasil terá ações nacionais e regionais, baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.
- No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores. Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente, o Plano Brasil sem Miséria vai garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia.

- 
- O Censo 2010 mostra que 12,18% dos domicílios tocantinenses vivem com renda mensal per capita com até um quarto do salário mínimo, que na época da pesquisa era de R\$ 510, ou seja, menos de R\$ 127,50 por pessoa.
 - Dos 398.367 domicílios no Estado, 50.949 (12,79%) estão nessa faixa de rendimento mensal.
 - Ao considerar a média de 3,3 pessoas por domicílio – calculada pelo IBGE -, no Tocantins, isso quer dizer que 168.131 pessoas vivem como uma renda mensal de até R\$ 127,50.
 - Outros 21.979 (5,52% do total) domicílios não possuem rendimento. Considerando a média de 3,3 por residência, seriam 72.530 tocantinenses nessa situação.



Desafios para o Suas

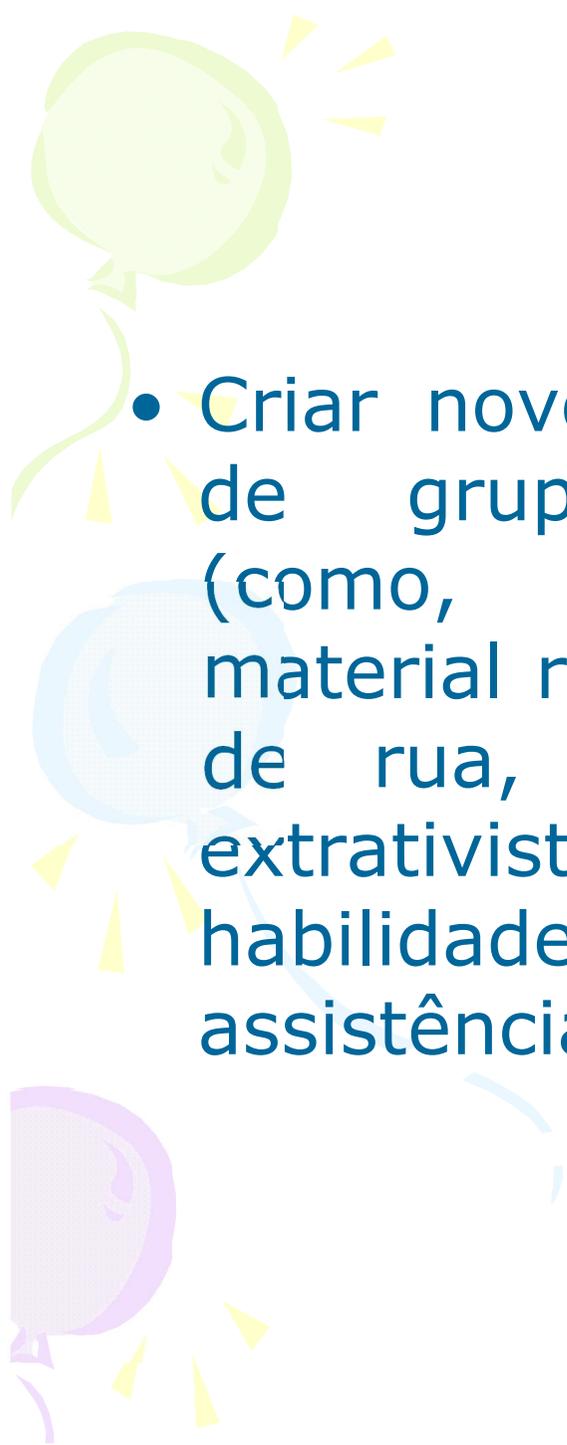
- Alcançar os objetivos, é preciso que os empreendimentos socioeconômicos – atuais e projetados para o futuro de desenvolvimento se transforme em oportunidades de ocupação e renda e em acesso a direitos sociais para a população que vive em situação de miséria.



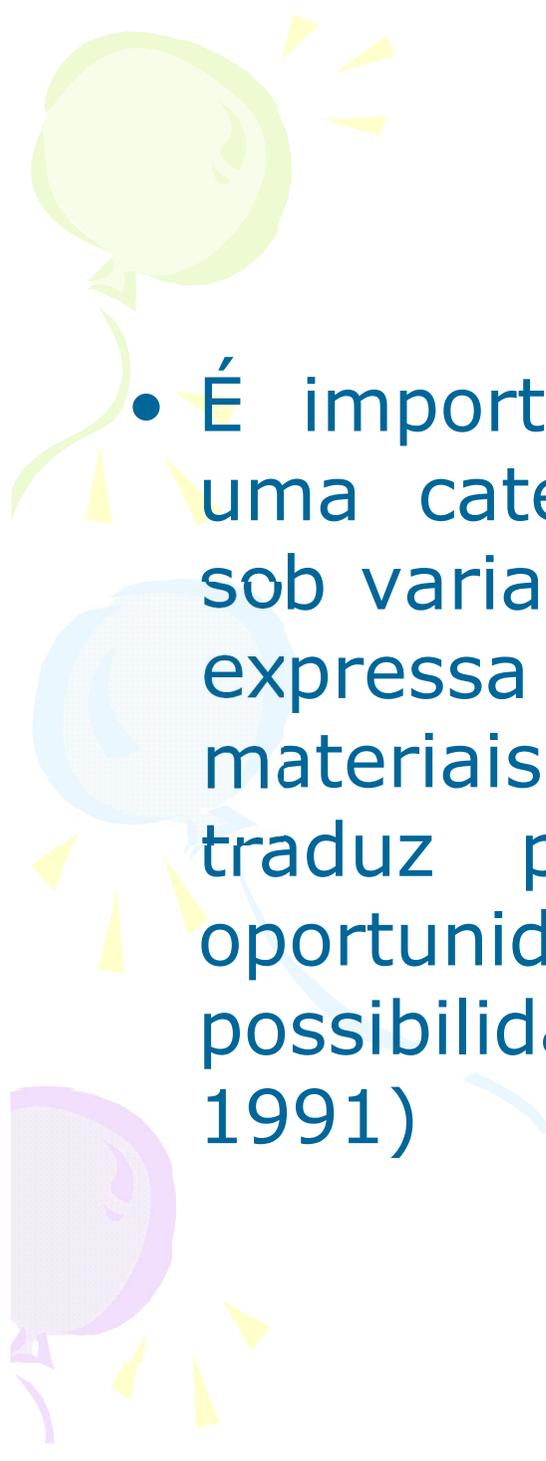
A efetivação da Busca Ativa

- A inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais as famílias que vivem fora da rede de proteção e promoção social bem como de outras ações do poder público.
- Cerca de 800 mil famílias estão atualmente nessa condição.
- Caberá aos gestores estaduais e municipais da Assistência Social coordenar o processo de identificação dessas milhares de famílias extremamente pobres e viabilizando o esforço de chegara até as pessoas estão, rompendo barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões.

- 
- Identificar no território a ausência do Estado ou os vazios institucionais que contribuem para reproduzir a extrema pobreza.
 - Prover as cestas de serviços e benefícios ajustadas a cada realidade local, fazendo as adequações necessárias para que o Estado brasileiro atenda de modo eficiente essas populações.

- 
- Criar novos procedimentos para inclusão de grupos populacionais específicos (como, por exemplo, catadores de material reciclável, população em situação de rua, comunidades quilombolas ou extrativistas) requer os conhecimentos e habilidades dos trabalhadores\as da assistência social.

- 
- A assistência social é capaz de resgatar o público do Brasil sem Miséria para dentro das políticas sociais não somente no campo da assistência, mas, também, para as demais políticas, de saúde, educação, segurança alimentar, desenvolvimento agrário etc.
 - A assistência social na condição estratégica para integrar a rede de atenções e serviços incrementar a intersetorialidade das ações públicas o que possibilitará outra condição de dignidade ao cidadão brasileiro.

- 
- É importante considerar que pobreza é uma categoria que poder ser analisada sob varias dimensões, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (Martins, 1991)